Mas o que eu imaginava? Que o PL 25 marchasse ao lado da PEC 5, não fossem separados. Aí vejo hoje que me encontro neste plenário votando o PL 25. Não ouvi os termos do acordo do Colégio de Líderes, mas me asseguraram as lideranças que lá estavam que havia sido feito um acordo, e eu cumpro acordo. Sempre digo aqui que palavra dada, meus amigos, minhas amigas, como diz o deputado Rafael Silva, é flecha lançada, não volta mais. Eu deveria ter perguntado a mim mesmo o que o deputado Cauê Macris falou para me convencer a votar o PL 25, o que ele me disse? Nada. E eu, deputada Leci Brandão, me vi obrigado a dar a palavra ao deputado Cauê Macris que iria votar o PL 25, tinha me esquecido que esse projeto caminharia junto com a PEC 5.

E, deputado Cauê Macris, cumpro o que falo, não importam as consequências. Hoje eu estava aqui nesta tribuna para defender um homem que não está sendo defendido como deveria, o ex-governador Geraldo Alckmin. Sou do PSDB? Não, mas ele é meu amigo, eu tenho lado. Como diz o deputado, meu amigo, Enio Tatto, de maneira irônica, Campos Machado Alckmin. Mas ele não fala por maldade. Ele sabe dos anos que estou aqui que eu nunca descumpri uma palavra, e nunca mudei de lado. Hoje eu fui convencido pelo deputado Cauê Macris, presidente da Casa, a votar o PL 25.

Mas, presidente Cauê Macris, sinto-me feliz, chateado com ontem e esperançoso no amanhã de que, deputado Vaz de Lima, V. Exa. que tanto tem caminhado ao lado da PEC 5, ajude, faça mais do que V. Exa. já fez; transformou-se em questão de honra, deputado. Há coisas que vão além da nossa vontade, além da nossa condição humana. São coisas que nos magoam, acompanham-nos a vida toda se recuarmos. Vai chegar um dia em que V. Exa. vai perguntar a si mesmo: "por que não me fiz presente naquele mês de maio de 2018, por que não insisti com os deputados daquela Casa, por que não recorri aos 65 votos de deputados que não vão voltar mais atrás, acrescido de votos, como o do deputado Milton Leite Filho, que se encontrava lá pranteando o seu tio, que Deus chamou antes da hora?"

Deputado Vaz de Lima, vamos fazer uma corrente. A deputada Leci Brandão, com toda a humildade que a caracteriza, uma das maiores cantoras brasileiras, ícones do samba, de uma simplicidade atroz, de uma humildade que não tem tamanho, ela veio falar comigo: "Desculpe", como ela me chama, "deputado Campos, não pude estar aqui na última votação, mas hoje estou aqui e quero dizer que vou votar 'sim', porque assinei e falei todas as vezes que fui convocada". Por isso, deputado Enio Tatto, V. Exa. que tem mania de perseguir o governador, o meu amigo sim, meu irmãozão, olhe como eu assumo posição... Não vi ninguém do PSDB vir aqui ainda aqui para assumir isso não. Até questionei o meu amigo, meu irmão, Barros Munhoz. Ele foi líder do Governo, tem que estar aqui. Eu estou aqui defendendo o Geraldo Alckmin e vou fazê-lo até o fim.

Não há hipótese de eu deixar de defender o ex-governador Geraldo Alckmin. Não importa se os tucanos gostem ou não gostem, o que eu sinto hoje é uma briga de tucanos e socialistas aqui na Casa e as nuvens anunciam que teremos tempos sombrios nesta Casa. Enquanto isso, quem padece? Os injustiçados da PEC 5. Enquanto os tucanos e socialistas se agridem aqui em plenário, tomam posições adversas, contrárias, nós temos que assistir a este racha, a esta disputa e a esse combate.

Mas quero convidá-lo, deputado Enio Tatto, com todo o seu ódio ao Geraldo - V. Exa. destila ódio ao Geraldo Alckmin -, que V. Exa. nos ajude aqui a fazer justiça. Queria pedir que tucanos e socialistas se dessem as mãos. Olhe que beleza seria se socialistas e tucanos se dessem as mãos nesta noite para aprovarem a PEC 5, que não é nem do governo Geraldo Alckmin e nem do governo Márcio França, é desta Casa.

É esta Casa que passa a exigir a votação desta PEC. Deputado Enio Tatto, V. Exa. foi muito injusto comigo hoje. Eu passei um ano e meio dizendo que o Geraldo Alckmin mandava no Palácio do Governo e não aqui. Sr. Presidente, eu vou descer da tribuna angustiado, mas esperançoso, sabendo que ontem foi maravilhoso a mim, hoje, foi triste, mas amanhã eu tenho certeza absoluta que vai ser mais alegre do que hoje, porque nós teremos justiça a ser feita aos homens e mulheres que acreditam na aprovação da PEC 5.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, para registrar que hoje eu não participei do Colégio de Líderes porque o líder do PPS é o deputado Roberto Morais. Não participei da totalidade, mas participei de uma boa parte do Colégio de Líderes e acho que com todas as divergências, opiniões que temos, projetos que demandam encaminhamento nesta Casa, nós tivemos um Colégio de Líderes muito proveitoso, conduzido por V. Exa., como sempre, com a participação dos líderes, com a participação do líder do Governo, discutindo não só os projetos mais gerais que são de interesse tanto do governo como desta Casa, mas também discutindo a lista de projetos de deputados.

Sempre uma tarefa muito difícil, V. Exa. sabe disso. Os projetos de deputados demandam que cada partido possa se manifestar sobre todos eles e tivemos lá um bom entendimento do meu ponto de vista, porque conseguimos fechar o acordo da votação do veto ao PL 25, um projeto que já foi votado nesta Casa depois de uma ampla discussão. Tivemos também acordo em relação a projetos de deputados e tivemos a nossa sessão ordinária, que transcorreu normalmente e na qual o líder do Governo, exercendo a sua função, tinha o desejo - colocou no Colégio de Líderes - de que se votasse um projeto de interesse do governo, o projeto que trata do Ipesp, que não teve acordo.

Mas já tivemos várias vezes essa atuação do líder do Governo, mesmo sem acordo, insistindo na votação de um projeto que o governo considera importante. Aliás, não só o governo porque, no Colégio de Líderes, outros líderes que têm interesse no projeto manifestaram a importância. Quer dizer, é um projeto importante para o estado de São Paulo, que é o projeto que trata do Ipesp. Acho que devemos fazer um esforço para caminhar.

Foi extremamente ruim o fato que nós tivemos. Tendo havido solicitação da prorrogação da sessão, isso não foi colocado em votação. É praxe colocar-se, embora seja uma prerrogativa do presidente conduzir. Tudo isso são pequenas coisas que vão gerando um clima que não nos ajuda.

Quero fazer um apelo. Tenho conversado com os diversos líderes. Vamos poder votar, agora, o PL 25, o veto. Vamos poder votar os projetos dos deputados. Vamos fazer o Congresso de Comissões. Que possamos ter um trabalho com a harmonia necessária para conduzir bem aquilo que temos conversado, para dar sequência a esse Colégio de Líderes que foi tão proveitoso.

Registro a atuação importante de V. Exa. como presidente. O líder do Governo tem trabalhado firme para defender as posições do governo, o que é extremamente legítimo. Tenho certeza que, dentro desse processo democrático, vamos poder caminhar bem. É o registro em função do que aconteceu hoje e do resultado do Colégio de Líderes, que foi muito bem conduzido por V. Exa. e com uma boa atuação do nosso líder do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Davi Zaia, permita-me fazer um elogio à posição de Vossa Excelência. Acho que V. Exa. está com total razão. O papel deste presidente é conseguir buscar as convergências da Casa.

Esta é uma Casa plural, que tem diversos entendimentos, que, muitas vezes, são contraditórios. Mas hoje, em que pese o Colégio de Líderes carregado em relação à pauta, considero que o Colégio de Líderes foi extremamente proveitoso.

Tivemos e buscamos diversas convergências que vão resultar em um proveitoso trabalho hoje, amanhã e quinta-feira. Acho que essa é a convergência inicial. Infelizmente, existe um projeto de interesse do governo que não tem convergência. Esse projeto tem discordâncias por várias bancadas, não é uma bancada só. Não tem convergência.

Inclusive, dentro dessa proposta, houve um acordo firmado no Colégio: o deputado Giannazi faria uma reunião com um grupo que discutiria esse projeto e o deputado Giannazi não avançou nessa conversa. Existe outra solicitação do PT, que é contra o projeto e tem emendas que quer discutir. Então, é um dia a cada dia. O fato de não darmos o comando de "rejeitado" - e coloquei, sim, em votação esse processo - é única e exclusivamente buscando as pautas de convergência da Casa.

Estamos fazendo esse trabalho em uma linha harmônica. Esse Projeto 25 foi um excelente trabalho feito pelo então líder do Governo, deputado Barros Munhoz, que buscou a convergência dessa emenda aglutinativa, que toda a Casa votou e aprovou por unanimidade. O Colégio de Líderes é unânime em relação à aprovação desse projeto. E os projetos da Casa, os projetos de deputados, que têm convergência também, ninguém tem nada contra os projetos.

Este presidente está buscando a harmonia. Essa é a harmonia que queremos. Essa é a harmonia que vamos trabalhar. Claro, essa harmonia em relação a outros entendimentos depende de diálogo. Acho que aqui é uma casa de diálogo. O deputado Campos foi muito brilhante na sua colocação em relação às outras demandas que temos em relação a outros projetos. Vamos sempre buscar o diálogo e o entendimento.

Esta pauta de hoje é uma pauta de diálogo e convergência, e é uma pauta de união do trabalho legislativo.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, se eu bem ouvi, V. Exa. referiu-se a que teremos pautas definidas para quarta e quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Os projetos de deputados que nós acertamos hoje e que foram deliberados por unanimidade de todos os líderes; apenas esses que têm convergência.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - E quinta-feira também?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É. Como nós temos projeto para Congresso de Comissões, a ideia é fazermos esta pauta que foi definida no Colégio uma parte na quarta e uma parte na quinta-feira, como são muitos projetos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - E teremos, porventura, algum Colégio de Líderes em que se possa discutir e programar temas outros?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não, deputado Campos. Nós temos, ainda, o estabelecimento desta pauta. São, se não me engano, quase 20 projetos que foram deliberados pelo Colégio de Líderes.

É uma pauta bem extensa que nós temos para deliberar ao longo da semana. A proposta é dividirmos os trabalhos entre terça, quarta e quinta-feira, e fazer essas deliberações nesses dias.

Terça-feira da semana que vem, um novo Colégio de Líderes para, aí sim, conseguirmos estabelecer uma nova pauta convergente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Mas, nesta quarta e quinta-feira nós teremos condições de continuar dialogando sobre a possibilidade de verificarmos outras situações, outras condições.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos, esta é uma Casa de diálogo; o que nós mais fazemos aqui é dialogar.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Indago se, porventura, V. Exa. estará amanhã aqui, pois gostaria de marcar uma audiência com V. Exa. para dialogar francamente sobre os altíssimos interesses desta Casa e do Estado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não precisa marcar audiência comigo, deputado Campos. Eu estou na Casa o dia inteiro hoje, amanhã e quinta-feira, no horário que V. Exa. julgar conveniente, apenas vá à minha sala, pois será um prazer recebê-lo. Como sempre, nós sempre dialogamos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Quero cumprimentá-lo pela sua decisão, que vem sendo tomada há vários meses, há anos, de sempre dialogar. Amanhã eu gostaria de dialogar com V. Exa. sem armas, sem pré-condições, pensando unicamente na história desta Casa e deste estado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito, deputado Campos.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - PARA COMUNICAÇÃO - De fato, esse é o espírito que presidiu o Colégio de Líderes. Da mesma forma que o deputado Barros Munhoz, enquanto líder do Governo, teve um trabalho relevante, que foi construir uma proposta aglutinativa do 25.

Mesmo com esse trabalho do deputado Barros Munhoz, o projeto foi vetado pelo governador. O líder do Governo Carlos Cezar, que agora exerce a liderança, também trabalhou de maneira muito diligente para que tivesse a convergência de todos os partidos, inclusive do Governo, para que pudéssemos dar consequência ao trabalho do deputado Barros Munhoz e de todos os líderes desta Casa, derrubando o veto por consenso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estou de acordo, novo vice-líder do Governo, deputado Davi Zaia, com o trabalho do deputado Carlos Cezar. Na verdade, nós levamos esse Projeto nº 25 à pauta no Colégio de Líderes da semana anterior. O deputado Carlos Cezar pediu mais uma semana, inclusive, para trabalhar esse projeto internamente no governo, e trouxe a devolutiva, depois de um brilhante trabalho do deputado Carlos Cezar, liberando a votação da derrubada desse veto, consagrando, então, o trabalho que foi elaborado e executado pelo deputado Barros Munhoz.

Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da segunda sessão extraordinária a realizar-se, com a pauta já definida.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 49 minutos.

* * *

8 DE MAIO DE 2018
20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1077/15.
2 - JOÃO PAULO RILLO
Discute o PL 1077/15.
3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1077/15, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada emenda da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de preferência para apreciação do PL 1477/15. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1477/15, restando prejudicado o PL 567/10. Encerra as discussões, coloca em votação e declara aprovados os PL's 427, 981 e 1394/15. Encerra a discussão do PL 354/16. Coloca em votação e declara aprovado o substitutivo à matéria, restando prejudicado o PL 354/16. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 481/16, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 507/16. Convoca reuniões conjuntas das Comissões: de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para hoje, às 20 horas e 30 minutos; de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião anterior; de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para hoje, um minuto após o fim da reunião anterior. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o fim da reunião anterior. Convoca reuniões conjuntas das Comissões: de Educação e Cultura, hoje, um minuto após o fim da reunião anterior; de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o fim da reunião anterior; de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação e Cultura, para hoje, um minuto após o fim da reunião anterior; de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para hoje, um minuto após o fim da reunião anterior; de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, um minuto após o fim da reunião anterior; de Constituição, Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para hoje, um minuto após o fim da reunião anterior. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Desportivos, a realizar-se hoje, um minuto após o fim da reunião anterior. Convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião anterior. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência:

Discussão e votação - Projeto de lei nº 1077, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir, em caráter permanente, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Intolerância e Defesa do Direito da Liberdade Religiosa. Parecer nº 1913, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1914, de 2017, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa, favorável com emenda. Parecer nº 1915, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

Em discussão. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, são pouquíssimos os deputados que se encontram no plenário agora. Ainda há pouco, essas galerias estavam lotadas de auditores fiscais, oficiais da Polícia e professores universitários que lutam há um tempo aqui para aprovar a PEC 5. Já foi esgotada a discussão em primeiro turno, foi votada em primeiro turno, e agora precisa ser esgotada a discussão no segundo turno para poder ser aprovada.

Independentemente da posição de cada deputado em relação à PEC 5, que acaba com o teto do governador para salário dos servidores - que é um projeto polêmico, pois gera uma demanda de custo, vai gerar uma despesa muito alta anual para o estado -, há uma questão de respeito. Eu preferi falar agora, que as galerias estão vazias, para afastar qualquer possibilidade de demagogia ou de exploração de pessoas que todos os dias, há mais de um ano, estão aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo fazendo uma luta justa, repito, independentemente da posição que cada um tem em relação a esse projeto.

Eu já me posicionei favoravelmente a esse projeto, porque a demagogia dos sucessivos governadores que achatam salários e carreiras cria um mal-estar em muitas carreiras importantes. Por exemplo, nós perdemos alguns pesquisadores por conta do achatamento de salário. É óbvio que, se esses salários são comparados a salários de professores e policiais militares, policiais civis, especialmente em começo de carreira, é uma grande aberração, existe mesmo um abismo salarial.

No entanto, não acho que nós devemos nivelar por baixo a discussão. Nós devemos lutar para que todos os servidores sejam valorizados. É importante que neste momento não haja ninguém aqui para eu falar sobre algo que eu não gostaria que fosse misturado, que parecesse uma exploração do público. É uma pena que a pessoa que deveria estar aqui para ouvir o que eu vou falar agora não está mais, que é o presidente da Assembleia Legislativa, o Sr. Deputado Cauê Macris.

Nós estamos assistindo nesta Casa agora a uma inversão bizarra. O deputado Cauê Macris, que boicotou várias pautas, vários projetos, inclusive a PEC 5, enquanto era um ventríloquo, um boneco, um manipulado do governador Geraldo Alckmin, agora passa a ter posições diferentes em relação a esse projeto e a outros projetos. Projetos que ele não pautava de jeito nenhum, sobre os quais ele tinha posições distintas, porque atendia à vontade do governador, ele passa a não ter mais, mostrando que está muito longe de um republicanismo civilizado, que está muito longe de uma posição coerente, de uma presidência equidistante minimamente dos conflitos eleitorais que se avizinham.

A Casa Legislativa, que sempre foi absolutamente subserviente ao Poder Executivo, passa por uma grande crise política interna. Mas há algo que se repete: a desqualificação política continua a mesma. Vide agora: vamos votar projetos de deputados. Pasmem, senhores: há na pauta aproximadamente 20 projetos, seis estão preparados, mais 14 que podem ser preparados e votados hoje. Neste momento há um, dois, três, quatro, cinco, seis deputados presentes: a deputada Beth Sahão, a deputada Ana do Carmo, o deputado Coronel Telhada, o deputado Davi Zaia e o deputado Doutor Ulysses.

Vamos votar projetos de deputados. Projetos que deveriam ser discutidos diariamente serão aprovados em uma Casa vazia, absolutamente vazia, sem debate nenhum. Não cabe a mim fazer juízo de valores sobre projetos apresentados por mandatos legítimos, eleitos. Mas cabe a mim fazer uma colocação estranha. Projetos importantíssimos, que são consensuais, que todo mundo entende como importantes para o estado, não são pautados nunca, porque ou há veto do presidente da Assembleia ou do líder do governo.

A Casa não segue um rito civilizado. Por exemplo, conheci a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Lá, o presidente não tem esse poder supremo. Primeiramente, há um acordo altamente civilizado lá. Não há nem eleição para a Mesa. A cada ano, uma das quatro maiores bancadas preside o Parlamento. Em segundo lugar, o Colégio de Líderes se reúne com um critério claro; não é prerrogativa exclusiva, não é uma Casa monárquica, monocrática, em que o preside define o que quer a seu bel-prazer. Não, submete-se a um bom debate. Submete-se a critérios claros, e o projeto vai a plenário. Há discussão. Se for bom, se conseguir maioria, vai ser aprovado; se não conseguir, não vai ser aprovado. É do jogo.

Mas aqui não conseguimos nem pautar um projeto, porque depende da vontade do presidente, que neste momento não consta nesta Casa, a não ser que ele esteja escutando por aí. Eu peço que ele volte para nós fazermos debate. Mas ele não é dado ao debate público; ele é dado ao autoritarismo. Quem estava aqui agora presenciou o que ele fez. Eu não tenho nada a ver com a briga do líder do Governo e do atual presidente. Até porque, até ontem, eles estavam todos na mesma vala, na mesma base aliada - e alienada - do governo. Agora, estão brigando. Mas estão brigando por conta do Márcio França, que é candidato a governador, à reeleição. E também por causa do João Doria - o traidor, o desqualificado, que abandonou a prefeitura de São Paulo e vai disputar o governo do estado. Então, a briga é essa.

Vi gestos, aqui, de extremo autoritarismo. Não gosto de ficar dando conselho, porque parece uma coisa soberba. Não é um conselho. Mas vou fazer uma observação: o líder do governo precisa se preparar para os embates aqui; se não, vai ser humilhado por um presidente desqualificado todos os dias. Ele não conhece o Regimento e não consegue se contrapor; está sendo atropelado de maneira injusta, como aconteceu hoje. O deputado não precisa estar no microfone para pedir verificação de presença, para fazer uma questão de ordem. E ele, talvez num desconhecimento ou num excesso de educação e diplomacia, aceitou um "tratoraço" do presidente da Assembleia. Foi o que presenciei.

Nada tenho nada a ver com a briga deles, que não é qualificada. O motivo que leva a essa degradação, agora, não é nobre: é eleitoreiro de baixa qualidade. É uma briga sem sentido, que não discute o estado, não discute projetos para o estado. Não discute Educação, Saúde ou o desenvolvimento do estado de São Paulo. Não discute projetos importantes de deputados, que realmente mexem com a estrutura do estado. É uma mera briga eleitoral do mais baixo nível.

Agora, incomoda-me assistir a um autoritarismo. E não sou de me conformar com injustiças e autoritarismo, porque se hoje é contra o líder do governo - que não apoio e ao qual me oponho - amanhã pode ser contra mim. Então, é importante essa colocação agora. O deputado Carlos Cezar é o líder do governo, que tem uma relação pessoal e que respeito. Não o sigo, porque sou oposição, mas o respeito. Um homem diplomático, educado. Por favor, prepare-se para o embate, porque V. Exa. está lidando com a escória da política, com aquilo que flerta com o fascismo, com aquilo que é autoritário, que é arrogante, cínico e desqualificado; aquilo que fez desta Casa um grande quintal de Geraldo Alckmin. Fez desta Casa uma grande lavanderia, um grande cartório de chancela do governo, e agora vem posar de presidente equilibrado, de homem qualificado, preocupado com o estado.

Não é. É altamente desqualificado, não tem projeto. Aqui não se tem isso. Então, deputado Carlos Cezar, imponha-se como líder do governo, para podermos presenciar o mínimo de dignidade na Casa. Quando há dignidade de ambos os lados, nós da oposição também ganhamos com isso, nós melhoramos o debate.

Eu gostaria que o veto da Região Metropolitana de São José do Rio Preto fosse apreciado. Eu gostaria que o projeto de minha autoria que garante a indenização às famílias de policiais militares que são assassinados, que são mortos em combate - um projeto que agilizaria, que regulamentaria isso -, fosse votado, mas ele não é nem pautado. Eu gostaria que fosse pautado o meu projeto que garante que todo investimento que a Unesp de Ilha Solteira fez no terreno da Cesp, que vai ser privatizada agora, que vai ser entregue a preço de banana, pudesse ficar no patrimônio do estado, na universidade. É um projeto importante para a Unesp, é importante para a Educação. Não é pautado!

Eu repito: é muito delicado falar isso, pois não cabe a mim fazer juízo de valores aqui. Todo mundo que foi eleito está legitimado para apresentar qualquer projeto. Mas acho estranho que um projeto que cria o "dia de sei lá o quê" seja votado e um projeto que mexe com estrutura, que vai atuar na vida das pessoas, não consiga ser votado nesta Casa por conta dessa desqualificação, por falta de critério, por falta de amadurecimento político, por falta de qualidade política. É o que se presencia aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Então, fica aqui meu desabafo pelo que presenciei hoje. E outra coisa: peço mais respeito com as pessoas que estão lutando pelo fim do teto. Sei que há editoriais contrários, muita gente contrária dizendo que estamos defendendo marajás. Pois que derrotem o projeto aqui, que tenham coragem de derrotá-lo. Votem contra o projeto, mas não façam isso com as pessoas. Elas se mobilizam, elas vêm de todos os lugares do estado. Elas gostariam que o projeto fosse debatido e apreciado, mas não se consegue combinar isso. Isso é o mínimo de dignidade.

Deputado Telhada, se há um projeto que diz respeito aos policiais e eles querem acompanhar, o mínimo que se espera é que se combine a data e se cumpra a data. Se há um projeto que diz respeito aos professores, o mínimo que se espera é que avisem os professores, para que eles possam acompanhar. É menos poder para os políticos e mais poder para o povo. É o mínimo que devemos esperar, essa intervenção, essa possibilidade para que eles façam o convencimento, corram pelos gabinetes e presenciem um debate público. Fica em um jogo de cinismo sem fim.

Isso é muito ruim e todo mundo sabe que aquilo que se diz no microfone, que se diz na Presidência, não corresponde à verdade. A verdade é que se combina um grande teatro em uma sala fechada e fazem as pessoas de palhaços, fazem boa parte do Parlamento também de palhaços. É que alguns aceitam e alguns não aceitam. Alguns expõem a sua indignação.

Então, fica aqui esse desabafo. Não vou obstruir projetos de deputados, pois não vou dar tiro no pé. Sou um defensor de que esta Casa paute e discuta projetos de deputados e não vou obstruí-los. Mas vou passar a me posicionar todos os dias em relação a isso. É necessário um critério mínimo, é necessário qualidade no debate. Olhem o que vai acontecer aqui agora, como acontece sempre.

Parece que o G1 está fazendo matéria, assim como a CBN, a "Folha de S. Paulo" e o "Estadão". Eles estão cobrindo o cotidiano da Assembleia Legislativa. Então, fazem essa armaçãozinha: votam um pouquinho hoje, um pouquinho amanhã, para fingir que a Casa está tendo produtividade. Mas vamos olhar o conteúdo dos projetos e eles depõem contra a Casa. Mas enfim, essa é a estratégia.

Então, vou me posicionar aqui e não vou admitir. Vou me posicionar. Esperei as pessoas saírem, pois não queria parecer um aproveitador de plenário aqui. É gente que já está cansada, viajando há dias, dias e dias, que está comparecendo à Assembleia Legislativa há mais de ano. Não vou me aproveitar dessas pessoas, da luta delas. Esperei. Gostaria que o presidente estivesse aqui, mas ele não está.

Agora, vamos aprovar isso, vamos aprovar projetos de deputados sem o mínimo de discussão, sem participação de ninguém e com a Casa vazia. Esse é o vazio político que representa a Assembleia Legislativa de São Paulo, parte da política de São Paulo. Enquanto isso, os nobres pares que governaram este estado juntos, que ajudaram a arruinar o estado de São Paulo, agora se dividem e vitimam ainda mais o povo paulista e a boa política do estado de São Paulo.

Era esse o meu desabafo. Espero que tenha algum efeito sobre as lideranças desta Casa, para que possamos dar encaminhamento a este ano com um pouco mais de dignidade.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado João Paulo Rillo. Compactuo com a postura de Vossa Excelência, tenha a certeza disso.

Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.